



AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PL 1087/2025
AO RELATOR DO PL 1087/2025

Ref.: Manifestação pública sobre o Projeto de Lei nº 1087/2025 – Reforma do Imposto de Renda

Excelentíssimo Senhor Deputado Hugo Motta,
Presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo Senhor Deputado Rubens Pereira Júnior,
Presidente da Comissão Especial do PL 1087/2025,

Excelentíssimo Senhor Deputado Arthur Lira,
Relator do PL 1087/2025,

As organizações sociais, movimentos populares, sindicatos, coletivos, universidades, artistas e cidadãos e cidadãos abaixo-assinados vêm, por meio desta, manifestar profunda preocupação com a forma como vem sendo conduzida a tramitação do Projeto de Lei nº 1087/2025, que trata da reforma do Imposto de Renda das pessoas físicas.

1. Fundamentação e contexto

O referido projeto tramita em ritmo acelerado, com baixa transparência e sem garantir a participação efetiva da sociedade civil organizada. Trata-se de um tema de alta complexidade e impacto distributivo, cujos efeitos incidem diretamente sobre a capacidade do Estado de financiar direitos sociais e sobre o equilíbrio entre os diferentes estratos de renda da população.

A Constituição Federal, especialmente em seu artigo 145, §3º, incluído pela Emenda Constitucional nº 132 de 2023, estabelece que o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

O princípio da justiça tributária pode ser compreendido de forma semelhante ao da capacidade contributiva: quem tem mais, paga mais — mas, sobretudo, quem tem menos não pode continuar pagando proporcionalmente mais. No entanto, o que vemos é a tentativa



de manutenção de um modelo perverso: em vez de taxar efetivamente rendas extremamente altas, pretende-se transferir o peso para a maioria da população ou, ainda, para áreas sociais estratégicas como saúde e educação.

A recente Emenda Constitucional, nº 132 de 2023, que aprovou a reforma tributária reforça esse imperativo, exigindo do Poder Executivo e do Congresso Nacional que avancem em direção a um sistema tributário mais justo, equitativo e funcional.

Contudo, o atual cenário de tramitação do PL 1087/2025 ameaça desvirtuar esse mandato constitucional. A exclusão de vozes representativas e o desvirtuamento das propostas originais abrem espaço para retrocessos, sobretudo na tributação das altas rendas, nas garantias sociais e nos direitos da classe média.

2. Denúncias

Relatamos, a seguir, os principais pontos de preocupação identificados:

a) Ausência de participação democrática:

Duas audiências públicas já ocorreram (em 20/05 e 27/05), sem a presença de sindicatos, organizações da sociedade civil, movimentos populares ou representantes acadêmicos. Essa omissão contraria o princípio da participação popular e enfraquece a legitimidade do processo legislativo.

b) Risco à manutenção dos direitos sociais:

Circulam propostas que pretendem custear a desoneração da base do IRPF — até R\$ 5 mil, e parcialmente até R\$ 7 mil — com a revisão de pisos constitucionais da saúde e da educação, o que representaria grave ameaça ao pacto social inscrito na Constituição de 1988.

c) Oneração da classe média:

Setores vêm sugerindo limitar as deduções com despesas em saúde e educação, o que afetaria diretamente contribuintes de renda média, já pressionados pelo atual contexto inflacionário. Essa medida implicaria uma inversão do princípio da justiça fiscal, transferindo o ônus da reforma àqueles que não possuem condições de arcar com mais sacrifícios.

d) Descaracterização da proposta original:

A redação original do PL 1087/2025 propõe a criação do Imposto de Renda das Pessoas



Físicas Mínimo (IRPFM), mecanismo progressivo destinado à tributação anual e mensal de altas rendas, com alíquota efetiva de 10%. Trata-se de um avanço coerente com práticas internacionais. Sua diluição ou exclusão significaria o esvaziamento do projeto.

3. Propostas e exigências

Diante do exposto, apresentamos as seguintes demandas ao Congresso Nacional:

1. Garantia de participação popular efetiva:

Convocação de audiências públicas com a presença ativa de sindicatos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e especialistas acadêmicos, nos termos do princípio da publicidade e da gestão democrática (art. 37, caput e §1º da CF).

2. Publicação de cronograma transparente:

Apresentação de um cronograma público e detalhado de tramitação do projeto, com definição prévia de temáticas, datas e participantes das sessões de debate, garantindo previsibilidade e controle social.

3. Preservação do princípio da justiça tributária:

Manutenção das alterações previstas nas Leis nº 9.249/1995 e 9.250/1995, bem como aprimoramento das medidas voltadas à tributação de altas rendas e grandes patrimônios, como o IRPFM. Quem possui mais, deve contribuir mais — como determina o art. 145, §3º, da Constituição Federal.

4. Proteção dos direitos sociais e da classe média:

Rejeição de propostas que envolvam a limitação de deduções legítimas com saúde e educação, e oposição frontal a qualquer tentativa de comprometer os pisos constitucionais de financiamento das políticas sociais. A desoneração fiscal deve ser custeada com base na renda e no patrimônio dos mais ricos.

5. Divulgação de impactos distributivos do projeto:

Solicitamos que o Congresso exija e publique, antes da votação, estimativas oficiais de impacto distributivo por faixa de renda, de forma a assegurar que a reforma atenda aos critérios de equidade e justiça social.

4. Conclusão



A tributação é um instrumento poderoso de correção das desigualdades, de financiamento de direitos e de afirmação do pacto democrático. Alterações no imposto de renda não podem ocorrer à revelia da sociedade, nem favorecer os estratos já privilegiados.

As mudanças atualmente em debate no PL 1087/2025, se aprovadas nos moldes propostos por setores que resistem à tributação progressiva, não nos representam. Reiteramos nossa disposição para o diálogo, a mobilização e a defesa de uma reforma verdadeiramente justa, democrática e constitucionalmente orientada.

Respeitosamente,

Ação da Cidadania

ADUEPB

APGEA

ADUFMS

AFETOS

Arquivo Nacional

Associação Brazil Office

Associação dos Docentes da UFF – ADUFF

Associação Frei Gregório

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca

Avante-Educação e Mobilização Social

BASE

CAMI- Centro de Apoio e Pastoral do Migrante

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

OXFAM BRASIL

RUA PADRE JOÃO GONÇALVES, 160 – PINHEIROS
SÃO PAULO - CEP 05432-040
TEL. 11 3028-0400 – E-MAIL: contato@oxfam.org.br
www.oxfam.org.br



Casa Fluminense

Casa Menina Mulher

CCLPH

CEDRA

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Centro + Cidadania Heliana Hemetério

Centro Cultural Iburoteca Maria de Lima

Centro de Apoio a Mães e Pais e Portadores de Eficiência -CAMPE

Centro Educacional Comunitário Redenção

Cida da Terra

CNTE

Coletivo Mulher Vida

Comite São Paulo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

CONTAG

CS Penha Circular

CUT-Brasil

Demodê Democracia E Desigualdades Grupo De Pesquisa

Em Cena Arte E Cidadania

ENSP- FIOCRUZ

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho

Fórum Paraibano De Luta Da Pessoa Com Deficiência

OXFAM BRASIL

RUA PADRE JOÃO GONÇALVES, 160 – PINHEIROS

SÃO PAULO - CEP 05432-040

TEL. 11 3028-0400 – E-MAIL: contato@oxfam.org.br

www.oxfam.org.br



Frente de Juristas Negras e Negros - FJUNN

Gestos

GIFE

Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights (GI-ESCR)

Grupo Adolescer

Grupo de Estudos de Tributação e Gênero FGV São Paulo

I. Equit

IJF

INESC

Instituto Cidades Sustentáveis

Instituto da Mulher Negra do Piauí Ayabás

Instituto de Referência Negra Peregrum

Instituto Democracia e Sustentabilidade

Instituto Justiça Fiscal

Instituto Lamparina

Instituto Toriba

Kadashá Comunidade Ativa

Levante Popular da Juventude

MAPA

Matria

Médicos pela democracia

MNLDPSR

OXFAM BRASIL

RUA PADRE JOÃO GONÇALVES, 160 – PINHEIROS
SÃO PAULO - CEP 05432-040
TEL. 11 3028-0400 – E-MAIL: contato@oxfam.org.br
www.oxfam.org.br



MNU – Movimento Negro Unificado SP

Movimento De Mulheres De Aço E De Flores

Movimento De População De Rua Do Amapá

Movimento Nacional De População De Rua Do Rio De Janeiro

MST

NOSSAS

Núcleo de Educadores Populares de Pernambuco

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal de Goiás

Observatório de Ensino de Ciências

Oxfam Brasil

Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades

Paratodos

Pastoral da Pessoa Idosa e da Saúde

Pastoral Fé e Política da Diocese de Campo Limpo

Plataforma JUSTA

Pro Pinheiros

Promotoras Legais Populares - Associação Cida da Terra

PSTU

PÚBLICA Central do Servidor

Sindibel

Sindicato dos Metalúrgicos de Santos

SINPEEM

OXFAM BRASIL

RUA PADRE JOÃO GONÇALVES, 160 – PINHEIROS
SÃO PAULO - CEP 05432-040
TEL. 11 3028-0400 – E-MAIL: contato@oxfam.org.br
www.oxfam.org.br



SINPRO DF

Tax Justice Network

TJPE

UFAL

UFMS

UFPA

UFSC

Uneafro Brasil

Unicamp

Unifesp

Unioesre Pr

Universidade Federal de Goiás

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Universidade Federal de Pernambuco

Universidade Federal de Viçosa

Universidade de São Paulo - USP

E os cidadãos:

Jefferson Nascimento

Gabriela Cardoso de oliveira

Tathiane dos Santos Piscitelli

Sandra Salvador Martins

OXFAM BRASIL

RUA PADRE JOÃO GONÇALVES, 160 – PINHEIROS
SÃO PAULO - CEP 05432-040
TEL. 11 3028-0400 – E-MAIL: contato@oxfam.org.br
www.oxfam.org.br



Luiz Felipe Nunes de Alves

André Libério

Marco Antonio Miguel

Marianne Berigo Büttner Craici

Deputado Pastor Henrique Vieira

Vera Lucia Bevilaqua de Souza

Sheila Collares

Regiane Cristina Ferreira Mattos

Maria Luiza Rossi

Roseani Fonseca Martins

Graciela Rodriguez

Raquel Gomes de Souza

Heitor Pagliaro

Marcos Constant Bastos Tigre - Ministério da Fazenda

Tatiane Cotelesse de Almeida

Fátima Frazão

Pedro Henrique Souza Rodrigues

Adriana Lins Duarte Lima

Silvia Marcia Russi De Domenico

Urânia Flôres da Cruz Freitas

Ieda Leal De Souza

Jaime Rezende da Silva

OXFAM BRASIL

RUA PADRE JOÃO GONÇALVES, 160 – PINHEIROS

SÃO PAULO - CEP 05432-040

TEL. 11 3028-0400 – E-MAIL: contato@oxfam.org.br

www.oxfam.org.br



Elielton Rezende Coelho

Natalia Batagim de Carvalho

Paula Mussi Canto

Pedro Paulo Scremin Martins

Mayke Gabriel Alves Bezerra

Miraci Lopes Dos Santos

Seomara Cristina Vieira

Camila Urbani

Ricardo Rolim Xavier

Luciana Almeida rocha

Maria de Fátima Xavier da Anunciação de Almeida

Izete Aparecida Lopes de Urzeda

Cleidione Siqueira dos Santos Souza

Paola Andrea Possi Tavares

Maria Aparecida Carvalho

Maria do Socorro Pinto Silva

Ana Sotero

Carlos Alberto Berigo

Christiane Franca De Carvalho

Alyne Alves de Carvalho

Emilio do Amaral Vergueiro Junior

Maria Damiana dos Santos

OXFAM BRASIL

RUA PADRE JOÃO GONÇALVES, 160 – PINHEIROS

SÃO PAULO - CEP 05432-040

TEL. 11 3028-0400 – E-MAIL: contato@oxfam.org.br

www.oxfam.org.br



Allan de Oliveira de Matos

Pedro de Alcântara Bernardes Júnior

Sofia Bertolini Martinelli

Claudia Gomes de Lima

Margarita Victoria Rodriguez